

TRANSEXUALIDADE NO AMBIENTE ESCOLAR: “É MUITO DELICADO PERCEBER QUE ALGUNS PROFESSORAS/ES NÃO TOLERAM A DIVERSIDADE”

Mareli Eliane Graupe¹

Sonia Fortkamp²

Resumo: Este artigo investiga a inclusão de estudantes transexuais em escolas de Educação Básica em Lages, Santa Catarina. Utilizando uma abordagem qualitativa e pós-estruturalista, o estudo envolveu entrevistas com quatro professores. Os resultados revelam que, apesar de alguns avanços, os estudantes transexuais ainda enfrentam desafios como discriminação, desrespeito por parte de alguns professores ou funcionários e falta de suporte emocional. Esses obstáculos afetam diretamente o desempenho acadêmico deles. O estudo ressalta a necessidade urgente de as escolas estabelecerem políticas e práticas inclusivas e respeitosas à diversidade de gênero, criando um ambiente educacional mais seguro e acolhedor para todos.

Palavras-chave: Estudantes Transexuais; Inclusão; Educação Básica.

Abstract: This article investigates the inclusion of transgender students in Basic Education schools in Lages, Santa Catarina. Using a qualitative and post-structuralist approach, the study involved interviews with four teachers. The findings reveal that despite some progress, transgender students still face challenges such as discrimination, disrespect from some teachers or staff, and a lack of emotional support. These obstacles directly impact their academic performance. The study emphasizes the urgent need for schools to establish policies and practices that are inclusive and respectful of gender diversity, thereby creating a safer and more welcoming educational environment for all.

Key words: Transexual Students; Inclusion; Basic Education.



Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional.

1 Doutora em Educação e Cultura - Universidade de Osnabrueck; Professora - Universidade do Planalto Catarinense; E-mail: prof.mareli@uniplaclages.edu.br; ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1376-7836>.

2 Mestranda em Educação - Universidade do Planalto Catarinense; E-mail: sonia.fortkamp@uniplaclages.edu.br; ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4424-1653>.

Introdução

Este artigo tem como objetivo investigar e interpretar as narrativas de quatro professores/as atuantes em quatro escolas de Educação Básica do Sistema Municipal de Ensino de Lages, Santa Catarina, a respeito da inclusão de estudantes transexuais no ambiente escolar. O estudo estrutura-se em torno de uma pesquisa de campo, onde os dados foram meticulosamente coletados através de entrevista semiestruturada, seguindo-se, então, de uma análise temática. Adicionalmente, estamos empenhadas em identificar os principais desafios que estudantes transexuais enfrentam na escola, e as estratégias empregadas pelos/as professores/as entrevistados/as para facilitar e promover um ambiente inclusivo.

O presente artigo é um recorte da pesquisa em nível de mestrado que está sendo realizada em uma universidade comunitária no Sul do Brasil. Este estudo revela que a presença de estudantes transexuais no ambiente escolar é frequentemente obstaculizada por entraves socioculturais, tais como preconceitos enraizados e estereótipos de gênero que, na maioria das vezes, é entendido somente como masculino ou feminino. Vale lembrar que “a vida humana não se divide apenas em duas esferas, nem o caráter humano se divide em apenas dois tipos. Nossas imagens de gênero são quase sempre dicotômicas, mas a realidade não o é.” (Connell; Pearse, 2015, p. 46). Outrossim, os obstáculos enfrentados no dia a dia têm o potencial de afetar adversamente a autoestima e o bem-estar dos/as referidos/as estudantes, criando uma atmosfera de exclusão. No entanto, os/as professores/as em destaque nesta pesquisa mostraram-se firmemente comprometidos/as com a tarefa de incluir a todos/as.

Para combater as barreiras e criar um ambiente mais inclusivo, eles/as empregaram estratégias pedagógicas inovadoras e eficazes. Essas estratégias incluíam o uso de materiais didáticos diversificados, além de promover a criação de um ambiente escolar que se caracteriza por ser não apenas seguro, mas também acolhedor para todos/as os/as estudantes, independentemente de sua identidade de gênero. Dessa forma, os/as professores/as assumem um papel proativo na desconstrução dessas barreiras e na promoção de um espaço escolar mais inclusivo e diversificado.

Conforme delineado por Martins, Silva e Souza (2021), a integração de estudantes que se identificam como Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgênero, Queer, Intersexo, Assexual, entre outras identidades de gênero (LGBTQIA+) nas instituições educacionais, é um passo fundamental para assegurar o acesso desses/as a uma educação de qualidade, que seja desprovida de preconceito e discriminação. Para atingir tal meta, é imperativo que a escola se apresente

como um espaço de segurança e acolhimento, independentemente de orientações sexuais ou identidades de gênero.

Nesse sentido, é relevante que sejam estabelecidos espaços de diálogo e compreensão para os estudantes LGBTQIA+ e suas respectivas famílias. Deve-se também abordar a diversidade sexual de maneira transversal e integral nos currículos escolares, a fim de romper com estereótipos nocivos e preconceitos enraizados.

Ademais, torna-se essencial a adoção de políticas e práticas que sejam inclusivas e respeitadas para com a diversidade de gênero. Isso contribui para a criação de um ambiente em que estudantes transexuais possam sentir-se seguros/as, acolhidos/as e respeitados/as, fortalecendo, assim, o compromisso com a educação inclusiva, equitativa e de qualidade para todos/as.

1 Metodologia

A fim de elaborar este artigo, conduzimos nossa pesquisa fundamentada em uma abordagem qualitativa. Optamos por essa abordagem por acreditar que ela nos possibilita alcançar os objetivos propostos de maneira mais precisa e efetiva.

A pesquisa qualitativa “é caracterizada pela diversidade de métodos que emprega, pela sua capacidade de lidar com a complexidade dos fenômenos sociais e pelo fato de que o conhecimento produzido por meio dela está sempre em aberto e em construção”. (Flick, 2009, p. 25).

O método de coleta de dados utilizado foi entrevista semiestruturada, na qual quatro professores/as que atuam na Educação Básica de quatro escolas do Sistema Municipal de Ensino de Lages, Santa Catarina, tiveram a oportunidade de expressar suas opiniões e experiências em relação à inclusão de estudantes transexuais nas escolas, bem como suas percepções sobre os desafios por eles/as enfrentados cotidianamente. A entrevista semiestruturada, “no processo de pesquisa social, é um instrumento de coleta de dados em que o pesquisador guia o informante por uma linha de questões que visam a aprofundar seu conhecimento sobre a realidade, objeto de análise”. (Minayo, 2010, p. 69).

Subsequentemente, os dados coletados foram interpretados de acordo com o método de análise temática, o que nos permitiu identificar os tópicos centrais imersos nas narrativas dos/as professores/as. Braun e Clarke (2006) defendem que a análise temática carrega consigo diversos benefícios, dentre os quais se destaca sua flexibilidade. Essa característica promove uma

liberdade teórica, permitindo uma abordagem mais aprofundada dos dados, mesmo que estes se apresentem em uma complexidade elevada. Isso resulta na obtenção de um conjunto de informações mais detalhado e esclarecedor.

Com a finalidade de realizar uma análise cuidadosa e criteriosa dos dados empíricos obtidos em nosso estudo, elaboramos um quadro informativo que contém as contribuições dos/as participantes da pesquisa. Importante salientar que, para preservar o anonimato e a confidencialidade dos/as envolvidos/as, utilizamos nomes fictícios na apresentação dos resultados. Optamos por uma abordagem criativa para esta anonimização: atribuímos a cada participante o nome de uma estrela pertencente a diversas constelações do Universo. Essa escolha simbólica busca conferir um caráter único e significativo à individualidade de cada entrevistado/a. O quadro será apresentado na sequência:

Quadro 1 – Perfil Pessoal e Profissional dos participantes da pesquisa

	Codínomes	Idade	Estado Civil	Função atual	Data	Entrevista Local
1	Alcione	52	Solteiro	Professor de História e Ensino Religioso	10/03/23	Escola
2	Bellatrix	29	Solteira	Professora de Geografia	20/06/23	Escola
3	Polaris	37	Divorciada	Professora de Matemática	07/07/23	Escola
4	Nashira	51	Casada	Professora de História e Ensino Religioso	11/07/23	Escola

Fonte: Arquivo da própria Autora (2023).

Os/as quatro participantes da pesquisa atuam no Sistema Municipal de Ensino de Lages - SC há mais de oito anos, e puderam, portanto, por meio da vasta experiência em sala de aula, contribuir de forma significativa com nossa pesquisa através dos relatos acerca de situações vivenciadas e/ou percebidas com estudantes transexuais.

2 Resultados e discussões

○ preconceito contra estudantes que expressam uma orientação sexual que diverge da heteronormatividade e uma identidade de gênero trans continua a ser uma realidade em muitas instituições escolares. Muitos/as estudantes encontram-se frequentemente na “linha de fogo” de comentários maliciosos, piadas depreciativas e, em muitos casos, de bullying explicitamente direcionado. Essa forma de comportamento discriminatório pode ter um impacto profundamente negativo na autoestima desses/as jovens, comprometendo seriamente seu desempenho acadêmico e interferindo em sua interação social.

○ ambiente escolar deve ser um lugar de crescimento, aprendizado e descoberta, mas para esses/as estudantes, muitas vezes torna-se um espaço de medo, humilhação e rejeição. Nesse contexto, com base na investigação em andamento, apresentaremos abaixo um recorte da pesquisa em nível de mestrado. Estes resultados são de quatro entrevistas que foram realizadas com professores/as que atuam no Ensino Fundamental II, no Sistema Municipal de Ensino de Lages, em Santa Catarina. Estes dados proporcionaram alguns *insights* sobre o cenário atual e as práticas pedagógicas para trabalhar com o preconceito e a transfobia nas escolas em relação às/aos estudantes que possuem uma orientação sexual diferente da heteronormatividade e/ou uma identidade de gênero trans ou não-binária.

[...] Então assim, a gente visualiza preconceitos, hoje de uma forma mais velada, mas ainda há e por todo mundo! Por direção de escolas que eu já atuei, por profissionais, pelos colegas, por pais de outros alunos. Então existe sim! Existe claramente preconceito com esses estudantes dentro das escolas. (Professor Alcione, 2023)

○ comentário do professor Alcione evidencia esse problema preocupante e persistente no sistema educacional: o preconceito e a transfobia. Mesmo que, muitas vezes, manifestado de forma velada, o preconceito por parte de professoras/es, direção, colegas e familiares pode afetar profundamente a experiência educacional de estudantes LGBTQIA+.

Professora Belatrix quando questionada sobre a percepção da existência ou não de preconceito dentro da escola e por parte de quem, manifestou:

já presenciei sim, na maior parte pelos colegas dos adolescentes, mas também já percebi muito a questão de preconceito dentro da sala dos professores, comentários, piadas... coisas pejorativas em relação àquela ou àquele adolescente que possui uma outra orientação sexual. (Belatrix, 2023)

Entendemos que é preciso reconhecer e identificar a existência de preconceitos, homofobia, lesbofobia e transfobia, e esse seria o primeiro passo para abordar essas temáticas e promover um ambiente escolar mais inclusivo e igualitário para todos/as os/as estudantes.

O termo transfobia, através de sua tradução do termo original anglo-saxão transphobia, é um conceito em ascensão para designar e analisar as múltiplas violências contra pessoas trans – pessoas que vivem a transgeneridade. Normalmente, o termo pode ser evocado para representar um grupo heterogêneo de violências específicas que atingem mulheres transexuais, travestis, homens trans, pessoas não-binárias, entre outras. (Podestà, 2019, v.1, p. 363-380)

Nesse viés, o ambiente escolar deve ser um espaço de acolhimento, respeito e desenvolvimento, livre de qualquer forma de discriminação, principalmente por parte daqueles/as que estão à frente como protagonistas do processo de ensino e aprendizagem.

Outrossim, cabe ressaltar que, em 2019, no Brasil, foi aprovado pela comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara de deputados,

o projeto que criminaliza a homofobia e a transfobia (PL 7582/14). O texto considera crime hediondo o homicídio cometido contra lésbica, gay, bissexual, travesti, transexual, intersexo e demais pessoas trans. (Agência Câmara de Notícias, 2019)

Consideramos um avanço, visto que, além de serem vítimas de preconceito e discriminação, estudantes que se identificam com uma orientação sexual não convencional podem também se tornar alvo de uma ameaça ainda mais sombria dentro do ambiente escolar: a violência física. Esse tipo de hostilidade, além de ser profundamente violador, pode deixar marcas extremamente traumáticas, acarretando consequências severas não apenas para a saúde física, mas também para a saúde mental desses jovens.

A violência física na escola pode se manifestar de várias formas e em diferentes graus de intensidade, abrangendo desde ações menos invasivas, como empurrões e beliscões, até situações mais graves que envolvem agressões físicas mais intensas, como socos, chutes e, em casos extremos, até mesmo espancamentos.

(...) eu, em 1980, por ser gay, comecei a sofrer homofobias severas, o meu nariz foi quebrado por socos de homofobia, eu não ia ao banheiro, eu não ia na cantina da escola, era uma coisa assim diária, sistematicamente diária! Aí, quando eu me torno... que nasce um professor em mim, uma das preocupações que eu sempre tive, além dos ensinamentos, do meu componente

curricular, foi criar algum tipo de proteção de conscientização, de respeito à diversidade! (...) (Alcione, 2023)

Tais atos violentos podem resultar em ferimentos corporais, mas também podem levar a danos psicológicos e emocionais, que podem incluir problemas como ansiedade e depressão.

Portanto, apesar de não existirem dados oficiais, Vinicius Alexandre³, diz que pesquisas apontam “índices de 31% a 50% de suicídio entre essa população”. Além disso, afirma que, dentro do grupo LGBTQI+ são os transgêneros – transexuais, travestis e não-binários – que apresentam “os maiores índices de depressão, ansiedade e de outras patologias”. (Lourenço, 2021).

Ainda, de acordo com o Guia para pensar junto, (2019, p. 9) no que se refere à saúde mental, “uma pesquisa de 2021 do coletivo #VoteLGBT revelou que 30% da população LGBTQIAP+ brasileira já recebeu diagnóstico prévio de depressão – número quatro vezes maior do que a população geral”.

Cabe às escolas criar políticas claras de proteção e combate à violência, e os responsáveis estarem sempre atentos a qualquer tipo de comportamento agressivo ou discriminatório entre os/as estudantes.

De acordo com Bento (2015), a escola deve assumir o papel de desnaturalizar as desigualdades e discriminações que têm como base as características sexuais e de gênero, reconhecendo a diversidade e a variedade de formas de vivenciar e expressar a sexualidade. Dessa forma, a escola pode contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, promovendo debates acerca da inclusão, rodas de conversa, palestras sobre o assunto. Porém percebe-se que há um longo caminho a ser percorrido para que se reconheça essa necessidade. Quando questionada sobre essas práticas, a professora Polaris nos relatou que:

Eu penso que fica muito a desejar, não tem e seria bem necessário. Até já sugeri a direção porque nós temos um grande número de estudantes que tem uma orientação sexual diferente e não só pra eles, porque ele sabe o que está sentindo, ele tem aquele misto de emoções, pode até estar em dúvida com algumas coisas, mas principalmente para os que os cercam porque não sabem como se comportar, não conseguem compreender, respeitar, e vou te dizer que até os professores, tem professores que não entendem, não tem essa

3 Coordenador do Grupo de Ação e Pesquisa em Diversidade Sexual e de Gênero (Videverso) do Laboratório de Ensino e Pesquisa em Psicologia da Saúde (Lepps) da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto (FFCLRP) da USP. Disponível em: <https://jornal.usp.br/atualidades/alem-da-discriminacao-e-violencia-populacao-trans-sobrevive-aos-transtornos-psicologicos/>. Acesso: 18/10/2023.

abertura, então é bem importante! Deveria ter, mas não tem.
(Polaris, 2023)

Fica destacada a falta de algum recurso ou programa que atenda às necessidades dos/as estudantes com orientações sexuais diversas. Enfatiza-se que, além de beneficiar os/as próprios estudantes em seu autoconhecimento e emoções, é essencial para a comunidade ao redor - colegas, amigas/os e professoras/es - entender e respeitar essas diferenças.

Conforme Butler (1990, p. 25) “o gênero é uma construção cultural, um conjunto de práticas e performances, que adquire significado dentro das instituições mais amplas da cultura”. Podemos entender, portanto, que as instituições sociais, como a família, a escola e a religião, acabam sendo responsáveis por perpetuar as normas de gênero e “moldar” a forma como as pessoas entendem e expressam sua identidade de gênero.

(...) é muito delicado perceber que alguns colegas professores não toleram a diversidade, eles acreditam ainda ser uma escolha, ou que em algum momento houve uma decepção e por isso decidiu ser gay ou trans... e isso uma hora vai mudar, que existe apenas um caminho, ser homem ou mulher entende (...). (Alcione, 2023)

A narrativa do professor revela uma preocupante realidade: a presença de profissionais da educação que não reconhecem ou respeitam a diversidade de orientação sexual e identidade de gênero. Entendemos como antiético para um/a professor/a, cujo papel é formar cidadãos/cidadãs críticos/as e empáticos/as, perpetuar preconceitos e visões estigmatizadas. É preciso entender e aceitar que,

a transexualidade e outras experiências de trânsito entre os gêneros demonstram que não somos predestinados a cumprir os desejos de nossas estruturas corpóreas, (...) há corpos que escapam ao processo de produção de gêneros inteligíveis e ao fazê-lo se põe em risco porque desobedecem às normas de gênero (...) (Bento, 2012, p.38).

Assim, de acordo com Bento, é entendido que aqueles/as que desafiam ou “desobedecem” às normas de gênero correm riscos que vão desde a exclusão, riscos psicológicos devido ao estigma, até mesmo riscos físicos, dado que pessoas trans e não-binárias estão frequentemente sujeitas à violência e discriminação. Nesse viés, também fica entendida a tensão existente entre o indivíduo e as normas sociais de gênero. Normas que devem ser questionadas, assim como as estruturas de poder que as mantêm no lugar e as penalidades enfrentadas por aqueles que as desafiam.

A educação, como um dos pilares da construção social, deve se pautar na promoção dos direitos humanos, que inclui o direito à dignidade e ao respeito, independentemente de orientação sexual ou identidade de gênero. Professores/as com tais atitudes não só prejudicam a formação integral de seus/suas estudantes, mas também corroem a noção fundamental de que todos/as merecem ser tratados/as com igualdade e justiça.

De acordo com a Declaração Universal dos Direitos Humanos, adotada pelas Nações Unidas em 1948: “Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos. Dotados de razão e de consciência, devem agir uns para com os outros em espírito de fraternidade.” (Unesco, 1948). Essa citação encapsula a essência dos direitos humanos, enfatizando a igualdade inerente, a dignidade de cada indivíduo e a importância da fraternidade e respeito mútuo em qualquer que seja a situação, incluindo ou não a orientação sexual. No entanto, muitos entraves são encontrados em nosso país,

Parece crucial resistir ao modelo de poder que tende estabelecer racismo, homofobia e misoginia como relações paralelas ou análogas. A afirmação de equivalência abstrata e estrutural ignora as histórias específicas de sua construção e elaboração, além de atrasar o importante trabalho de pensar as maneiras em que esses vetores de poder se exigem e se implantam reciprocamente para alcançar sua própria articulação. (Butler, 2019, p. 23).

Butler enfatiza a necessidade de uma abordagem mais sofisticada e atenta aos detalhes ao se discutir sistemas de opressão. Em vez de tratá-los como equivalentes, é crucial entender suas particularidades e a forma como interagem entre si. Isso é essencial não apenas para o entendimento acadêmico dessas questões, mas também para a formulação de políticas públicas mais eficazes e para estratégias de resistência mais bem informadas.

Estudantes transexuais precisam ser aceitos/as e respeitados/as em todas as esferas da sociedade. Eles enfrentam diversas formas de discriminação e violência, desde o acesso a serviços básicos de saúde e educação, até o direito de viver sua identidade de gênero de forma plena e autêntica. A aceitação e o respeito por parte da sociedade são fundamentais para que as pessoas trans possam viver de forma livre e digna, sem medo de serem alvos de preconceito, exclusão e violência. Além disso, a aceitação da diversidade de gênero é uma questão de justiça social e direitos humanos, pois todas as pessoas têm o direito de serem quem são e de serem respeitadas em sua individualidade. Na escola, esse respeito já deve iniciar na fila de deslocamento dos/as estudantes, quando ela existe, dando opção de escolha ao/a estudante para

que vá aonde se sente melhor, porém nem sempre é assim que acontece. Segundo a professora Nashira, alguns professores/as não aceitam,

(...) já vi tanto colegas quanto pessoas que fazem parte da gestão da escola mandando o estudante ir para a “fila certa” e inclusive dizer: “fora da escola pode ser o que quiser, mas aqui tem que ficar no lugar correto”. Aí eu penso, o que é o a fila certa? O que o lugar correto? (Nashira, 2023.)

O comentário reflete uma preocupação sobre normas e práticas arraigadas na escola que podem marginalizar ou restringir a expressão individual dos/as estudantes. A menção a “fila certa” e “lugar correto” pode indicar uma imposição de normas de gênero heteronormativas, disciplinamento de corpos e mentes objetivam encaixar os/as estudantes em categorias predefinidas. A escola que é o lugar da diversidade e da inclusão, muitas vezes, se torna o local da exclusão e da expulsão de pessoas que não se enquadram nas normas heteronormativas.

Não é aceitável que estudantes tenham seu desempenho escolar afetado por práticas relacionadas à homofobia e transfobia, e ainda serem expostos a comentários maldosos, piadas ofensivas, bullying e outras formas de violência verbal ou física.

(...) Então afeta diretamente a produção intelectual, afeta diretamente a o desenvolvimento e a interação com os outros, que é claro que resulta em notas baixas e resulta inclusive em não querer mais ir para escola. (...) Nós tivemos um jovem aqui que começou a vir vestido de mulher, foi um escândalo aquilo! Falta de empatia, olhares, deboches, risos... ele não aguentou a pressão! Falavam, mas não precisa se vestir de mulher! E eu militava no sentido ascendente, ele não é gay, ele é trans! Mas ele não é gay, ele é trans! Hoje ele está na rua (...) (Alcione, 2022).

Esses/as estudantes acabam por desenvolver sentimentos de baixa autoestima, insegurança e ansiedade, o que pode prejudicar seu desempenho acadêmico e sua capacidade de aprendizado. Além disso, a discriminação e a exclusão social podem levar ao isolamento e à evasão escolar, o que pode ter consequências graves a longo prazo na vida desses estudantes. É necessário o entendimento acerca de que,

(...) os corpos se reconhecem a si mesmos não como homes ou mulheres, e sim como corpos falante e reconhecem outros corpos como falantes. Reconhecem em si mesmos a possibilidade de aceder a todas as práticas significantes, assim como, todas as posições de enunciação enquanto sujeitos, que a história determinou como masculinas, femininas ou perversas. Por conseguinte, renunciam não só uma identidade

sexual fechada e determinada naturalmente, como também aos benefícios que poderiam obter de uma naturalização dos efeitos sociais, econômicos e jurídicos de suas práticas significantes. (Preciado, 2014, p. 21)

A ideia é começar a desconstruir as normas heteronormativas de gênero, centrando a discussão no ser humano como agente de significado e comunicação, em vez de um mero recipiente de uma identidade sexual ou de gênero predeterminada, ou seja, é preciso que se tenha uma abordagem mais inclusiva e fluida da identidade de gênero e sexualidade, que questione e desafie as categorias e normas heterossexistas.

Nesse viés, é preciso que sejam criados espaços e políticas públicas funcionais que promovam a inclusão e a igualdade de oportunidades para as pessoas trans, e que o diálogo e a educação sejam usados como ferramentas para combater o preconceito e a discriminação.

O papel das/os professoras/es na promoção da inclusão de estudantes trans nas escolas é fundamental para garantir que essas/es tenham acesso a uma educação de qualidade, livre de preconceito e discriminação. As/os professoras/es devem estar capacitadas/os para acolher, respeitar e por que não dizer “aceitar” a identidade de gênero e a orientação sexual de suas/seus estudantes, criando um ambiente escolar seguro e acolhedor.

A diversidade, seja ela de gênero, raça/etnia, orientação sexual, capacidade cognitiva, religião ou qualquer outra característica que diferencie os indivíduos, é uma parte inerente da condição humana, e é necessário reconhecer e aceitar as diferenças, já que a escola é o lugar do convívio com a diversidade. Conviver com a diversidade como algo “normal” não é apenas uma necessidade ética e social, mas também uma fonte potencial de enriquecimento para cada indivíduo e para a sociedade. Isso requer uma mudança cultural, institucional, e até mesmo individual, para que a diversidade seja não apenas tolerada, mas verdadeiramente valorizada e incorporada em todos os aspectos da vida.

3 Considerações finais

A inclusão de estudantes transexuais nas escolas é de extrema importância, pois garante que tenham acesso à educação, direito básico, sem sofrerem discriminação nem preconceito por causa de sua identidade de gênero. Além disso, a inclusão desses/as estudantes é fundamental para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. No entanto, ainda há muitas dificuldades para que isso aconteça de forma efetiva. Muitas escolas

não estão preparadas para receber estudantes trans e não possuem políticas e práticas inclusivas.

Além disso, podemos considerar que ainda há muita resistência por parte de alguns membros da sociedade que se opõem à ideia de inclusão e afirmam que isso vai contra as tradições e valores sociais. Portanto, é necessário promover campanhas de conscientização e oferecer formação para profissionais da educação, a fim de que elas/es estejam capacitadas/os para receber e acolher estudantes trans.

A partir da análise das narrativas dos/as entrevistados/as, evidenciamos a ambivalência do papel dos/as professores/as no cenário educacional, tanto como agentes de promoção da inclusão quanto perpetuadores de exclusão de estudantes trans nas escolas. Foi notório que, enquanto alguns/algumas se esforçam para construir ambientes mais inclusivos e respeitosos, outros/as, infelizmente, manifestam dificuldades em compreender e aceitar a diversidade, perpetuando assim visões estigmatizadas e prejudicando o desenvolvimento integral desses/as estudantes.

Percebemos a necessidade da adoção de uma postura mais sensível e respeitosa por parte de toda comunidade escolar em relação à diversidade de gênero, bem como a utilização de estratégias pedagógicas que promovam a inclusão, para construir um ambiente escolar seguro e acolhedor para todos/as os/as estudantes, independente da orientação sexual.

Os/as professores/as são protagonistas nesse processo, e, dessa forma, podem e devem fomentar a criação de espaços seguros e acolhedores para os/as estudantes trans, criando grupos de discussão ou outras atividades que permitam a troca de experiências e o apoio mútuo entre eles/as.

Referências

BENTO, Berenice. **A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual.** Rio de Janeiro: Grammont, 2008.

_____. **O que é Transexualidade.** (Coleção Primeiros Passos; 328) São Paulo: Brasiliense, 2008

_____. **A escola e as diferenças sexuais e de gênero: da construção de um olhar crítico à prática pedagógica.** Revista Brasileira de Educação, 2015, 20(62), 357-372.

BRAUN, V.; CLARKE, V. **Using thematic analysis in psychology.** *Qualitative Research in Psychology*, v. 3, n. 2. p. 77-101. 2006.

BUTLER, Judith. **Corpos que Importam: Os limites do “sexo”**. São Paulo, n-1 edições, Crocodilo, 2019.

CONNELL, Raewyn; PEARSE, Rebecca. **Gênero: uma perspectiva global**. 3. ed. São Paulo: Nversos, 2015. 325 p.

Direitos Humanos aprova criminalização da homofobia e da transfobia. Câmara dos Deputados, 2019. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/559453-direitos-humanos-aprova-criminalizacao-da-homofobia-e-da-transfobia/>. Acesso: 18/10/2023.

FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

Guia para pensar junto: Como acolher estudantes LGBTQIA+? Museu da Diversidade Sexual, 1ed. São Paulo: Museu da Diversidade Sexual, 2022.

LOURENÇO, Tainá. **Além da discriminação e violência, população trans sobrevive aos transtornos psicológicos**. 2021. Disponível em: <https://jornal.usp.br/atualidades/alem-da-discriminacao-e-violencia-populacao-trans-sobrevive-aos-transtornos-psicologicos/>. Acesso em: 18/10/2023.

MARTINS, L. S.; SILVA, L. S.; SOUZA, R. M. **Inclusão de estudantes LGBTQI+ nas escolas: desafios e perspectivas**. Educação em Revista, Belo Horizonte, v. 37, e207238, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/0102-4698207238>. Acesso em: 28/03/2023.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 12. ed. São Paulo: Hucitec, 2010.

ONU. ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Paris, 10 de dezembro de 1948. Disponível em: <http://www.un.org/pt/universal-declaration-human-rights/>. Acesso em: 20 ago. 2023.

PODESTÀ, Lucas. **Ensaio sobre o conceito de transfobia**. Periódicos, Universidade Federal da Bahia, v.1, n. 11, p. 363 – 380, out, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaperiodicos/article/view/27873>.

PRECIADO, Paul B. **Manifesto Contrassexual**. São Paulo: n-1 edições, 2014.

Recebido em outubro de 2023.

Aprovado em março de 2024.